



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

**APPROVADO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA**  
Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

MENSAGEM Nº 052/2003

1º SECRETARIO

SENHOR PRESIDENTE:

IBIÚNA, 31 DE JULHO DE 2003.

- LEIA-SE EM SESSÃO.
- CÓPIAS AOS EDIS.
- AS COMISSÕES. 05/08/2003

A presente Proposição, sob o nº 052/03, desta data, de nossa autoria, tem por objetivo dar nova redação ao Inciso I do Artigo 62 da Lei Municipal nº 89, de 29 de abril de 1975, com o acréscimo da área de testada mínima também de 5,00 m (cinco metros), para casas geminadas em conjuntos habitacionais populares, construídas através de programas habitacionais populares do Governo do Estado ou da União.

Para o melhor aproveitamento das áreas programadas para receber conjuntos habitacionais residenciais populares, através de programas do Estado e da União, que podem ser feitas de casas geminadas, há necessidade da mudança da redação do referido inciso I do citado artigo 62 da Lei 89/75, tendo em vista que todas as unidades habitacionais populares são construídas em áreas cedidas pelo Município, adquiridas através de recursos dos cofres municipais.

Em assim sendo, elaboramos o presente projeto de lei, que ora submetemos à apreciação dessa digna Câmara Municipal, solicitando que a mesma seja deliberada ao prazo máximo de que trata o § 1º do artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 052/2003

Recebido em 05 de 08 de 2003

Prazo vence em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Recebido por \_\_\_\_\_

FABIO BELLO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

AO  
EXMO SR.  
ALEXANDRE BELLO DE OLIVEIRA.  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.  
NESTA.

Secretaria Administrativa

Recebido: 05/08/2003

8:28 hs.

Amândio Gabriel Vieira  
Secretário de. Div. do Processo Legislativo





# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

29/2/2003

03

**PROJETO DE LEI Nº 082/03.**

**DE 31 DE JULHO DE 2003.**

"Dá nova redação ao inciso I do artigo 62, da Lei Municipal nº 89, de 29 de abril de 1975."

**FABIO BELLO DE OLIVEIRA**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Artigo 1º** - O inciso I do artigo 62 da Lei Municipal nº 89, de 29 de abril de abril de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 - .....

I - corresponder a cada unidade uma testada mínima de 8,00 m (oito metros) e uma testada mínima de 5,00 m (cinco metros) quando se tratar de casas geminadas construídas em conjuntos habitacionais populares, através de programas habitacionais do Governo do Estado e da União; ".

**Artigo 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 31 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2003.**

  
**FABIO BELLO DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

LEI Nº 89 DE 29 DE ABRIL DE 1975

(Dispõe sobre o Planejamento Físico do Município de Ibiúna).

ANTONIO JOSÉ SOARES, Prefeito Municipal de Ibiúna, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei institue as normas técnicas e jurídicas do Planejamento Físico do Município de Ibiúna.

Art. 2º - O planejamento físico abrange todo o território municipal, dispondo sobre o uso da terra, o traçado da cidade, o sistema viário, o sistema de esgotos sanitários e pluviais, o sistema de abastecimento de água, zoneamento, arruamento, espaços verdes, áreas livres, edificações públicas e particulares, preservações paisagísticas e pitorescas, proteção dos cursos de água, mananciais, lagos, fontes, reservatórios, reservas florestais, e o mais que se relaciona ao desenvolvimento físico e social do Município, compreendendo as áreas da cidade e vilas, além

Art. 3º - Ficam fazendo parte integrante do plano as mapas anexos, dispondo sobre o planejamento rural, a área do Município, as unidades urbanas e rurais do Município, expansão urbana, destinação dos pontos de cultura, feito e pela Câmara Municipal, rurais e edificações.

Art. 4º - As modificações de traçado

**Parágrafo único** - A construção de conjuntos residenciais de mais de 3 (três) unidades habitacionais só será permitida nas zonas predominantemente residenciais e rurais.

**Art. 61** - Os conjuntos residenciais com capacidade para 100 (cem) ou mais unidades habitacionais e previsão populacional superior a 600 (seiscentos) habitantes, deverão obedecer às seguintes condições:

I - respeitar todas as exigências desta lei, relativas à implantação no terreno de cada unidade habitacional.

II - fazer corresponder a cada unidade habitacional/isolada, uma área própria de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

III - possuir áreas livres de uso coletivo, destinadas a jardins, recreação, parques de estacionamento de veículos, proporcionais à população calculada para todo o conjunto e nunca inferiores a 50% (cinquenta por cento) da área total do terreno.

**Art. 62** - As casas geminadas só serão permitidas - até uma série de 6 (seis) unidades, no máximo, devendo o conjunto satisfazer às seguintes condições:

I - corresponder a cada unidade uma testada mínima de 8,00 m (oito metros);

II - obedecer os índices de recuos estabelecidos por esta lei para efeito de zoneamento, sendo os recuos laterais - mínimos do conjunto, de 4,00 m (quatro metros);

III - respeitar, para o conjunto residencial e a área total do terreno sobre o qual está projetado, os índices de ocupação do terreno estabelecidos por esta lei para efeito de zoneamento;

IV - constituir um conjunto arquitetônico único.

**Art. 63** - A construção de duas residências superpostas só é permitida nas seguintes condições:

I - respeitar as exigências desta lei relativas aos índices estabelecidos para fins de zoneamento;

APPROVADO  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS  
EM 05 DE AGOSTO DE 2003  
1º SECRETÁRIO

## REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou no dia 01 de agosto de 2003 o Projeto de Lei nº. 289/2003 que "Dispõe sobre a abertura de um Crédito Especial.";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou no dia 01 de agosto de 2003 o Projeto de Lei nº. 291/2003 que "Dispõe sobre denominação do Centro de Especialidades.";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou na presente data o Projeto de Lei nº. 292/2003 que "Dá nova redação ao inciso I do artigo 62, da Lei Municipal nº. 89, de 29 de abril de 1975";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou na presente data o Projeto de Lei nº. 293/2003 que "Dispõe sobre denominação do Campo de Futebol do Bairro Carmo Messias.";

Considerando a necessidade de abertura de crédito especial para que a municipalidade possa cobrir as despesas com pagamento de remuneração do recém empossado Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.;

Considerando que as denominações propostas ao Centro de Especialidade e ao Campo de Futebol são de saudosos moradores de nosso município, pessoas idôneas e honradas que sempre dedicaram parte de sua vida em prol da sua Comunidade;

Considerando a necessária alteração do inciso I do artigo 62, da Lei Municipal nº. 89, de 29 de abril de 1975, para o melhor aproveitamento das áreas utilizadas para construção de Conjuntos Habitacionais em programas do Governo do Estado e da União;

Considerando a relevância das proposições acima, pois tratam de crédito especial para funcionamento do Conselho Tutelar, denominação do Centro de Especialidades e Campo de Futebol com previsão de inauguração no corrente mês, e adequação de lei para início de Conjunto Habitacional Popular.

Diante do exposto, requeremos à Mesa, nos termos dos Artigos 131, 132 e seus incisos do Regimento Interno, sejam os Projetos de Lei nºs. 289, 291, 292 e 293/2003 colocados em Regime de Urgência Especial; e incluídos para discussão e votação única na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

SALA VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 05 DE AGOSTO DE 2003.

*[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like Raimundo de Almeida Lima, S.J.S.A.K., and others.]*



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 241-1266

e-mail: [cmibiuna@interlegis.gov.br](mailto:cmibiuna@interlegis.gov.br)

17/07

**PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 292/2003**

**AUTORIA CHEFE DO EXECUTIVO**

**RELATOR:- VEREADOR LUIZ FERNANDO PEREIRA**

**COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS,  
SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.**

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis na presente data, o Projeto de Lei nº. 292/2003 que "Dá nova redação ao inciso I do artigo 62, da Lei Municipal nº. 89, de 29 de abril de 1975."

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo de alterar lei para que o município possa construir casas geminadas em conjuntos habitacionais populares, através de programas habitacionais dos Governos Estadual e União, em área com testada mínima de 5,00 m (cinco metros).

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental, pois as despesas correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, quanto a sua competência, exara parecer pela tramitação normal, pois visa alterar lei para que o município possa construir casas populares, atendendo assim os menos favorecidos, dentro das normas e critérios dos Governos Estadual e da União.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM  
05 DE AGOSTO DE 2003.**

**LUIZ FERNANDO PEREIRA**

**RELATOR - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**CORNÉLIO GABRIEL VIEIRA**

**VICE-PRESIDENTE**

**PAULO KENJI SASAKI**

**MEMBRO**

**BENEDITO VIEIRA MARTINS**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**SALVADOR ALVES DOS SANTOS**

**VICE PRESIDENTE**

**FORTUNATO COELHO RAMALHO**

**MEMBRO**

segue fls. 02



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 241-1266

e-mail: [cmibiuna@interlegis.gov.br](mailto:cmibiuna@interlegis.gov.br)

*Parecer conjunto ao Projeto de Lei nº. 292/2003 - fls. 02*

JUVENTINO VIEIRA DIAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES  
PRIVADAS

PAULO DIAS DE MORAES

VICE - PRESIDENTE

ROQUE JOSÉ PEREIRA

MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 273/2003.

"Dá nova redação ao inciso I do artigo 62, da Lei Municipal nº 89, de 29 de abril de 1975."

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º** - O inciso I do artigo 62 da Lei Municipal nº 89, de 29 de abril de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 62 -.....**

**I - Corresponder a cada unidade uma testada mínima de 8,00 m (oito metros) e uma testada mínima de 5,00 m (cinco metros) quando se tratar de casas geminadas construídas em conjuntos habitacionais populares, através de programas habitacionais do Governo do Estado e da União;"**

**ARTIGO 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 06 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2003.

**ALEXANDRE BELLO DE OLIVEIRA**  
PRESIDENTE

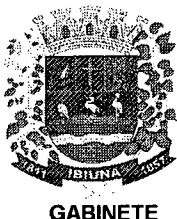
**PAULO KENJI SASAKI**  
1º VICE-PRESIDENTE

**SALVADOR ALVES DOS SANTOS**  
1º SECRETÁRIO

**LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA**  
2º VICE-PRESIDENTE

**VALDECIR FRIOLI**  
2º SECRETÁRIO





GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 241-1266  
e-mail: [cmibiuna@interlegis.gov.br](mailto:cmibiuna@interlegis.gov.br)

Ofício GPC nº. 381/2003

Ibiúna, 06 de agosto de 2003.

**SENHOR PREFEITO:**


Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 273/2003**, referente ao Projeto de Lei nº. 052/03, nesta Casa tramitou com o nº. 292/2003, que "Dá nova redação ao inciso I do artigo 62, da Lei Municipal nº. 89, de 29 de abril de 1975.", aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 05 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**ALEXANDRE BELLO DE OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE**

AO EXMO. SR.  
FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA  
DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.  
N E S T A.

  
RECEBIDO em  
06/08/2003.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 241-1266

e-mail: [cmibiuna@interlegis.gov.br](mailto:cmibiuna@interlegis.gov.br)

## CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 292/2003 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 05 de agosto de 2003 e foi lido no expediente da Sessão Ordinária da mesma data, onde também recebeu no mesmo expediente Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais, para inclusão, discussão e votação na Ordem do Dia da mesma Sessão, e o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas.

Certifico mais, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária o Requerimento de Urgência Especial foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores, e devido a aprovação do Requerimento de Urgência Especial foi colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº. 292/2003 sendo aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

Certifico finalmente, que em virtude da aprovação do Projeto de Lei nº. 292/2003 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº 273/2003, encaminhado através do Ofício GPC nº. 381/2003, da presente data. Ibiúna, 06 de agosto de 2003.

Amador Gabriel Vieira  
Secretário de Div. do Processo Legislativo